

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE**
2 **BELO HORIZONTE – CMAS/BH**

3
4 **Ata da 15ª Plenária Extraordinária do Conselho Municipal de**
5 **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**
6

7 Aos vinte e seis dias de março de 2007, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua
8 Eurita, 587 – Bairro Santa Tereza, foi aberta a 15ª Plenária Extraordinária do Conselho Municipal de
9 Assistência Social – CMAS/BH. A presidente, Sandra Regina Ferreira Barbosa, iniciou os trabalhos
10 lendo as justificativas de ausências dos seguintes conselheiros: Kleid'Néa Borges Marins, Dilson
11 José Oliveira, Maria Aparecida Carneiro, Fausto de Souza, José Gomes de Azevedo, Márcia
12 Cristina Assumpção Soares, Letícia Coelho de Oliveira, Edna Lúcia Andrade do Carmo Pinto e
13 Hélio Hemiliano Moreira. Sandra explicou que não tem aprovação de ata por tratar-se de Plenária
14 Extraordinária do Conselho. Assim a ata anterior será submetida à aprovação em Plenária
15 Ordinária. Após Sandra apresentou os pontos de pauta: 1) Mensagens e Comunicados da
16 Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social e 2) Realização da 7ª Conferência Municipal de
17 Assistência Social, com proposta de data para os dias 13, 14 e 15 de julho de 2007– Criação da
18 Comissão Organizadora da Conferência. Em seguida Sandra convocou a conselheira Darci Maria
19 de Sousa Vilaça, membro da Comissão de Financiamento, para apresentar a mensagem n.º 004/07
20 que versa sobre a proposta de escolha de entidade para o atendimento à população de rua adulta,
21 com ações na modalidade média complexidade, caracterizadas como abordagem e
22 acompanhamento sócio familiar, sendo que essa última atende às famílias inseridas no Programa
23 Bolsa Moradia da Urbel (Lei 8.566/93). A conselheira Darci fez a leitura dessa mensagem: “O
24 serviço será desenvolvido em Belo Horizonte, totalizando um investimento anual de R\$384.673,80
25 (trezentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e setenta e três reais e oitenta centavos), oriundos de
26 recursos do Tesouro Municipal, que serão repassados em 12 parcelas. Ressaltamos que tal
27 procedimento se faz necessário à continuidade dos serviços especificados. Tais ações vêm buscar,
28 dentre outras, o resgate da identidade e auto estima, assim como a inclusão social dos moradores
29 de rua no município. O acompanhamento efetivado pela abordagem objetiva construir o processo
30 de saída das ruas, através de contato direto da equipe técnica com a população de rua adulta,
31 realizado pelos educadores sociais, garantindo aos mesmos acompanhamento com vistas à
32 inserção social. O acompanhamento sócio familiar propicia um grau de organização aos usuários,
33 adequando-os ao novo contexto da moradia”. A conselheira Darci falou que sobre essas duas
34 mensagens, n.º 004/07 e 005/07, que lerá, a apresentação e discussão já foi efetivada na plenária
35 passada e que não foram aprovadas por motivo de quórum. Disse que ficou pendente somente a
36 votação, adiada para esta plenária. Portanto não há motivo para fazer-se nova apresentação, feita
37 anteriormente por Liliane Neves do Carmo, representante da SMAAS. Na seqüência Darci fez a
38 leitura da mensagem n.º 005/07 que trata sobre a proposta de escolha de entidade para o
39 atendimento às mulheres com trajetória de vida nas ruas, na modalidade alta complexidade, através
40 de moradia temporária. O serviço será desenvolvido em Belo Horizonte, totalizando um
41 investimento anual de R\$ 281.158,44 (duzentos e oitenta e um mil, cento e cinquenta e oito reais e
42 quarenta e quatro centavos), recursos oriundos do ROT (Recurso Oriundo do Tesouro), que serão
43 repassados em 12 parcelas. Ressalta-se que tal procedimento se faz necessário para a

44 continuidade dos serviços de proteção e promoção social a essas mulheres, acompanhadas ou não
45 de seus filhos de até cinco (05) anos e onze (11) meses. O referido serviço tem por objetivo
46 possibilitar às usuárias a reintegração familiar e organização, através da identidade cultural e da
47 experiência de vida coletiva, contribuindo à construção de um projeto de saída definitiva das ruas. A
48 conselheira Darci falou que a Comissão de Financiamento já havia analisado e emitido indicativo de
49 parecer favorável à aprovação para essas duas mensagens. A conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga
50 reafirmou o papel importante que a Lei de Parcerias deu no processo de conveniamento com
51 entidades sociais, que tem como objeto central dar visibilidade e transparência na proposta de
52 escolha de novas entidades para integrar a rede sócio-assistencial do município. Ressaltou a
53 importância dos Conselheiros Regionais de Assistência Social – CRAS e das Comissões Locais de
54 Assistência Social – CLAS para realizar o acompanhamento das mensagens aprovadas no
55 Conselho e os desdobramentos desses serviços na ponta. Nesse sentido faz-se necessário que as
56 Regionais orientem as CLAS e os CRAS para que também possam discutir e monitorar nas regiões
57 os desdobramentos desses serviços. Destacou que as mensagens aprovadas no Conselho
58 precisam virar pauta também na Diretoria para que, junto com a Comissão de Financiamento,
59 possa monitorar se o chamamento público saiu para implantação de novos serviços. Esta é função
60 e papel do Controle Social. A presidente Sandra Regina falou da importância de ser elaborada uma
61 proposta de capacitação pela Comissão de Financiamento sobre todos os procedimentos
62 envolvidos nessa dinâmica de aprovação e discussão de mensagens e comunicados para os novos
63 conselheiros. Após mais alguns esclarecimentos pôs-se em votação as duas mensagens (n.º
64 004/07 e 005/07), aprovadas por 21 votos e com nenhuma abstenção. Na seqüência Sandra
65 informou que tinha também um comunicado da SMAAS, discutido na Comissão de Financiamento,
66 que precisa de referendo da plenária. Após a leitura do Comunicado Sandra lembrou à plenária que
67 o Comunicado é uma informação de alteração da rede, ou seja, o serviço está garantido, no
68 entanto, houve uma alteração de entidade. A conselheira Darci fez a leitura do Comunicado relativo
69 ao remanejamento de 01 (um) núcleo (25 jovens) do Programa para Jovens, da entidade
70 Associação dos Moradores do Aglomerado Cabana (ASMAC), no valor de R\$ 2.291,50 (dois mil,
71 duzentos e noventa e um reais e cinqüenta centavos) mensais, sendo que R\$ 208,17 (duzentos e
72 oito reais e dezessete centavos) provêm do ROT e R\$ 2.083,33 (dois mil, oitenta e três reais e trinta
73 e três centavos) do FNAS, à entidade Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente da Cabana e
74 Região que passará a receber valor mensal de R\$ 6.874,50 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro
75 reais e cinqüenta centavos) para executar o atendimento de 75 (setenta e cinco) jovens a partir de
76 01/03/2007. Justifica-se tal procedimento pelo fato da entidade Associação dos Moradores do
77 Aglomerado Cabana (ASMAC) ter optado por não mais executar o Programa para Jovens.
78 Terminada a leitura e após referendo do comunicado Sandra passou ao último ponto de pauta –
79 Realização da 7ª Conferência Municipal de Assistência. Informou que em relação a realização da 7ª
80 Conferência a Mesa Diretora traz como proposta de data os dias 13, 14 e 15 de julho. Para efetivar
81 a questão necessita-se constituir a Comissão Organizadora. Na seqüência a conselheira Léa Lúcia
82 deu alguns informes sobre esse ponto. Lea, tendo presente que há alguns novos conselheiros na
83 plenária, recuperou algumas informações importantes. Informou que a Conferência de Assistência
84 Social, pela legislação em vigor, deve acontecer de 4 em 4 anos, mas que, por uma decisão do
85 movimento da Assistência em âmbito Nacional, a Conferência passou a ser realizada de 2 em 2
86 anos. O ponto de partida para a realização das Conferências Municipais, Estaduais e também a

87 Nacional ocorre a partir de um decreto de convocação Nacional para realização das mesmas.
88 Explicou que, quando se convoca a Conferência Nacional, existe um calendário a ser cumprido. O
89 calendário para esse ano é que as Conferências Municipais devem ser realizadas até 30/07/07 e as
90 Conferências Estaduais até 30/09/07, chegando à Conferência Nacional, prevista para a segunda
91 semana de dezembro. Léa falou que nesse aspecto cabe a SMAAS viabilizar financeiramente a
92 Conferência e apoiar toda a estrutura necessária à viabilização da mesma. Destacou que, quanto à
93 organização, a Mesa Diretora reuniu-se, discutiu e propôs que a data de realização da Conferência
94 fosse em 13, 14 e 15 de julho. Explicou que essa data foi escolhida para aproveitar o máximo de
95 tempo de calendário que o Conselho teria para a discussão e preparação da Conferência. Um outro
96 motivo foi que julho é um mês de férias escolares e que em função disso a realização na segunda
97 quinzena poderia comprometer a participação de muitas pessoas na Conferência, uma vez que,
98 muitos estariam de férias. Destacou que têm, até lá, um tempo razoável para preparar e realizar as
99 9 pré-conferências. Informou que manter-se-á o mesmo modelo de Conferência no que se refere à
100 realização das 9 pré-conferências preparatórias em cada região. Falou que o temário é definido
101 pelo decreto do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. O indicativo de proposta de
102 temário desse ano é a elaboração do Plano Decenal. Isso significa que todos os municípios do país
103 vão discutir o que compõe o Plano Decenal. Assim todos os 27 estados e a União terão o
104 planejamento da Assistência Social para os 10 anos. Isso significa pensar a execução de uma
105 política, ou seja, o que se quer realizar durante 10 anos. Em relação ao temário é necessário que a
106 orientação venha do CNAS. O conteúdo está dependendo ainda de orientações do CNAS, que está
107 discutindo. Acrescentou que o Conselho Nacional, nas próximas reuniões, estará definindo melhor
108 sobre essa discussão do Plano, pois não é só fazer um Plano Decenal ou fazer um Plano de 8
109 anos ou 2 anos para avaliar. Então essa questão também está em debate pelo CNAS. Sendo
110 assim, o Conselho precisa aguardar maiores informações. Léa falou que do ponto de visto
111 operacional, ou seja, da infra-estrutura, são necessários alguns encaminhamentos visto que a
112 Conferência Municipal de Belo Horizonte geralmente compõe-se de mais de 1.000 pessoas. Não há
113 muitas alternativas, na cidade, de espaços que comportem tal número de pessoas. Quanto a essa
114 tarefa a Secretaria está fazendo um levantamento das possibilidades e apresentará ao Conselho.
115 Por outro lado, além dessa parte organizacional de infra-estrutura, é necessário que o Conselho
116 pense e dê direção para que as Regionais possam realizar as Pré-conferências. Falou que a
117 proposta nesta plenária é constituir um grupo de trabalho, ou seja, uma Comissão que vai pensar e
118 encaminhar a 7ª Conferência Municipal de Assistência Social. A preocupação é que o Novo
119 Conselho, que ainda não tomou posse, seja envolvido também nessa dinâmica de trabalho da
120 realização da Conferência. Sendo assim, a proposta é que os 4 conselheiros da sociedade civil que
121 são do atual mandato sejam integrantes desse Comissão para dar continuidade no próximo
122 mandato. Os demais conselheiros que não vão continuar ou os que vão tomar posse, também
123 podem integrar essa Comissão como colaboradores. Portanto, quando o Conselho tomar posse,
124 será feita uma retificação da resolução com a composição da Comissão Organizadora, colocando
125 todos como conselheiros. Explicou que a proposta é considerar na Comissão os 4 conselheiros da
126 sociedade civil (Maria Aparecida Pereira Penido, Maria Aparecida Bayão, Leandro Carvalho Silva e
127 Luís Fernando de Abreu Xavier), que vão continuar no Conselho, mais 4 governamentais, incluindo
128 as Gerências Regionais de Assistência Social, a SMAAS e mais os 3 técnicos da Secretaria
129 Executiva do CMAS/BH. Dessa forma, seria mantida a paridade em termos de organização desse

130 grupo. Esse grupo, ao ser constituído, começará a pensar a conferência e fazer proposta de
131 conteúdo, dinâmica e trazer para ser apresentada e apreciada pela plenária. A Mesa Diretora
132 também irá integrar a Comissão Organizadora desse trabalho da Conferência. Sandra encaminhou
133 a formação da Comissão organizadora da Conferência, composta pelos seguintes membros: Maria
134 Aparecida Pereira Penido, Maria Aparecida Bayão, Luís Fernando de Abreu Xavier, Leandro
135 Carvalho Silva, Renilde Maria de Oliveira Mascarenhas Nassar, João Oscar de Souza Costa, Maria
136 Aparecida Carneiro, Geraldo de Abreu Fernandes, Sandra Regina Ferreira Barbosa, Léa Lúcia
137 Cecílio Braga, Mário Delavy, Kátia Rochael Rodrigues, Andréa Coelho Moura, Marcelo Emediato
138 Álvares, João Oliveira Neto, Levi Aparecido Rodrigues da Cunha, Érica Valamiel, Domingos Sávio
139 de Araújo, Juliana Laguárdia Pereira e Rosângela Cristina dos Santos de Oliveira. Léa falou do
140 esboço para a realização da Conferência, pensado na reunião da Mesa Diretora, para os 3 dias de
141 realização da Conferência. Disse que a idéia da Mesa Diretora é fazer a Mesa de Abertura no dia
142 13/07 (sexta-feira) na parte da tarde (17:00hs), trabalhar a Conferência no dia 14/07 (sábado) e
143 encerrar no dia 15/07 (domingo) às 12:00hs. Ressaltou que, para esta proposta de data e dias da
144 semana, a Mesa Diretora considerou as deliberações da última Conferência, onde deliberou-se que
145 a Conferência aconteça no final de semana, pois assim a sociedade civil pode participar.
146 Acrescentou que a Comissão ainda estará discutindo isso amplamente. Léa informou que do ponto
147 de vista da estrutura a SMAAS vai garantir a mesma modalidade de recursos, alimentação, vale-
148 transporte, que é fundamental para a participação na Conferência e que será contratada uma
149 empresa para viabilização da infra-estrutura. Finalizando esse ponto passou à representante da
150 SMAAS, Brígida Maria Cruz de Andrade, para dar um pequeno panorama das dificuldades de
151 espaço físico para mil pessoas. Brígida disse que os locais que trouxe para apresentar na plenária
152 resultam de uma pesquisa prévia da Secretaria, vendo disponibilidade, capacidade e custos. Diante
153 do exposto Léa solicitou que a Comissão marque com urgência, ainda nessa semana, uma reunião
154 para a definição do local da Conferência. Logo após a presidente Sandra Regina disse que, diante
155 da discussão ocorrida acerca do local na plenária, solicita que os detalhes referentes ao local do
156 evento e seus respectivos custos sejam discutidos na Comissão Organizadora e, posteriormente,
157 apresentados na plenária. Sandra finalizou a plenária e agradeceu a presença dos novos
158 conselheiros. Nada mais havendo a tratar, eu Léa Lúcia Cecílio Braga, Secretária Geral do
159 Conselho Municipal de Assistência Social, lavro e assino a presente ata. Belo Horizonte, 26 de
160 março de 2007.